

A emergência do capitalismo

e a invenção do pobre perigoso

Fellipe Henrique Mota Silva

Universidade Estadual de Goiás

fellipemota31@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0665-4828>

Veralucia Pinheiro

Universidade Estadual de Goiás

veraluciapinheiro27@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5075-482>

Larissa Landim de Carvalho

Universidade Estadual de Goiás

larissalandimcarvalho@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0076-0790>

RESUMO: Neste artigo buscamos contribuir com as análises acerca da pobreza por meio da identificação de como se desenvolve a assimilação da identidade dos indivíduos que se autorreconhecem como pobres, os quais adquirem uma espécie de aura de periculosidade, exposta nos discursos e até mesmo assimilada por alguns deles em decorrência da ideologia dominante. A partir do diálogo com os conceitos de miséria, Classes Perigosas e Lumpemproletariado, buscaremos discutir a origem do fenômeno, seus processos históricos e políticos. Tal abordagem se fundamenta no conceito de totalidade, considerando, portanto, o conjunto das relações sociais. Para tanto, dialogamos com autores que elegeram em seus estudos temas relacionados com a meritocracia, movimentos sociais eugênicos, caridade e escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: Classes Perigosas. Lumpemproletariado. Pobreza.

THE EMERGENCY OF CAPITALISM AND THE INVENTION OF THE DANGEROUS POOR

ABSTRACT: In this article, we seek to contribute to the analysis of poverty, by identifying how the assimilation of the identity of individuals who recognize themselves as poor develops, who acquire a kind of aura of dangerousness, exposed in the speeches and even assimilated by some of them as a result of the dominant ideology. From the dialogue with the concepts of misery, Dangerous Classes and Lumpemproletariat, we will seek to discuss the origin of the phenomenon, its historical and political processes. Such an approach is based on the concept of totality, considering, therefore, the set of social relations. Therefore, we dialogued with authors who chose in their studies themes related to meritocracy, eugenic social movements, charity and slavery.

KEYWORDS: Dangerous classes. Lumpemproletariat. Poverty.



INTRODUÇÃO

Na emergência do capitalismo, a migração, a vagabundagem e o aumento dos crimes contra a propriedade eram parte da resistência ao empobrecimento e à despossessão; e estes fenômenos alcançaram proporções massivas.

Silvia Federici

O presente artigo faz parte das reflexões que desenvolvemos no âmbito de uma pesquisa mais ampla sobre a questão das instituições de atendimento a crianças e adolescentes pobres no Brasil de 1964. Tal pesquisa se dá a partir da ideia de totalidade, uma das perspectivas centrais do pensamento marxista, “uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO, 2011, p. 56). Essa ideia é aqui utilizada para se pensar o indivíduo pobre dentro do contexto macroscópico ao qual está inserido. Assim, a exposição se faz fora de uma perspectiva cronológica, mas respeita a ideia de totalidade e as contradições inerentes à sociedade capitalista.

O debate sobre a meritocracia é um ponto chave para a discussão que será levantada mais adiante. A pesquisadora Lívia Barbosa (2003, p.22) define o termo “como um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um. Ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais”. Esta concepção é reproduzida desde o início da vida do indivíduo nesta sociedade. Já nos primeiros anos escolares, a criança aprende que se ela se esforçar muito, conseguirá alcançar seus objetivos. Essa criança cresce com a ideia de que todos são iguais e partem do mesmo ponto. Logo, se um é patrão e o outro é empregado, é porque um se esforçou mais do que o outro.

Contudo, o conceito de meritocracia ignora a totalidade das relações sociais, e assim, não compreende que a ideia de um sucesso individual, por si só, já é uma mentira, pois ninguém consegue nada sozinho. O ser humano vive em sociedade e na sociedade o indivíduo se alimenta, mesmo que inconscientemente, da fonte do outro. Porém, isso é desconsiderado, pois o discurso da meritocracia esconde todo o processo de produção de privilégios.

Segundo Marx (2017), a acumulação do capital produz a riqueza e, da mesma forma, a miséria. Na sociedade capitalista, ideologicamente¹, a miséria muitas vezes é admitida como produto da ociosidade humana. “Os pobres, segundo o imaginário social, eram figuras culpadas, porque se recusavam a pertencer ao mundo da produção, colocando-se por escolha própria à margem da sociedade” (PINHEIRO, 2013, p. 64). Tal premissa cumpre o papel de produzir mão de obra dócil para as indústrias burguesas ao naturalizar a pobreza e transferir a responsabilidade desta ao próprio indivíduo. Uma vez relacionado à ideia de miséria, o indivíduo concebido como perigoso, paulatinamente, perde sua humanidade.

¹ Para Marx e Engels (2007), ideologia é uma inversão da realidade que surge com a divisão social entre trabalho manual e trabalho intelectual. É quando aparecem os intelectuais que se especializam nessa tarefa de sistematizar as ideias e assim considerá-las autônomas, naturais, independentes da história e da sociedade, e até mesmo produtoras da realidade.

As reflexões sobre a questão da pobreza no presente precisam se calcar nos processos históricos que corroboram a situação presente. É no presente que encontramos as explicações para o nosso passado. Assim, por meio do diálogo com o conceito de miséria, classes perigosas e Lumpemproletariado, iremos discutir os fundamentos dessa identificação historicamente construída acerca dos miseráveis na sociedade capitalista. O caráter de periculosidade atribuído a estes indivíduos e grupos, muitas vezes assimilado pelos próprios indivíduos, se apresenta como um constructo da identidade do pobre, cuja consequência é sua desumanização.

CONCEITOS DE POBREZA NO MUNDO MODERNO

O Historiador Robert Castel (1998), na obra *As metamorfoses da questão social*, percorre os caminhos de construção da modernidade, reservando uma parte de seu estudo à problemática da formação de uma sociedade chamada por ele de cadastrada. De acordo com o autor, no ocidente cristão, a partir dos séculos XII e XIII se desenvolveu uma política social-assistencial com traços da política de assistência moderna, na qual já se podia evidenciar duas categorias de população, a dos pobres envergonhados e a dos mendigos válidos; isso revela que tais sociedades começaram a identificar para rotular e adotar medidas contra este fenômeno social, embora tudo indique que a expressão “questão social” somente foi utilizada na terceira década do século XIX.

Todavia, no final da Idade Média, surge, de acordo com Castel (1999), um rico vocabulário para identificar os miseráveis, obrigados a fugirem, a abandonarem sua terra diante da grande pobreza em que se encontravam. É uma fuga sem saída, pois o capitalismo ou a modernidade trouxe consigo o pauperismo, fenômeno que atinge de forma massiva a população trabalhadora.

A expressão “questão social” procura dar conta do fenômeno mais evidente da história de uma Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII. O desencadeamento da pauperização em massa da população trabalhadora representa o aspecto mais imediato da emergência do capitalismo em seu estágio industrial concorrencial, que não por acaso inspirou uma vasta produção literária. Netto (2011) considera que os estudiosos mais lúcidos da época, independentemente de sua concepção política, perceberam o surgimento de um novo fenômeno sem precedentes na história. É evidente que a desigualdade não é inédita, tampouco recente. A polarização entre ricos e pobres é tão antiga quanto a propriedade privada; contudo, a nova dinâmica da pobreza generalizada se constitui como algo inédito no capitalismo.

Na verdade, desde o começo o capitalismo provocou o empobrecimento da classe trabalhadora com a guerra e a privatização da terra. A pesquisa de Federici (2017) acerca das mulheres no processo de acumulação primitiva explica este fenômeno; conforme a autora, em meados do século XVI, os comerciantes europeus haviam expropriado boa parte da terra das Ilhas Canárias para transformá-las em plantações de cana-de-açúcar. O continente americano superou a Europa e realizou o maior processo de privatização e

cercamento de terras no início do século XVII. Por sua vez, os espanhóis se apropriaram de um terço das terras comunais indígenas sob o sistema de encomenda. No continente africano, a caça de escravos levou à perda de terras, porque privou muitas comunidades de seus indivíduos mais jovens, saudáveis e fortes.

Na Europa, no final do século XV, a privatização da terra e a expansão colonial caminharam lado a lado. A primeira assumiu diversas formas que abarcavam desde o despejo de inquilinos e aumento dos aluguéis até a elevação dos impostos por meio do Estado. Por sua vez, essas ações provocavam o endividamento e, por fim, a venda de terras. Federici (2017) considera todos esses processos como expropriação de terra, porque mesmo quando não se utilizava de violência física, a perda da terra ocorria contra a vontade do indivíduo ou da comunidade, o que praticamente impedia sua capacidade de sobrevivência.

Essa privatização da terra, conhecida por cercamento, segundo a autora, também debilitou a condição econômica dos artesãos, pois, nos séculos XVI e XVII os negociantes capitalistas se aproveitaram da mão de obra barata que se encontrava disponível nas áreas rurais para quebrar o poder das guildas urbanas e destruir a independência dos artesãos. Isso foi comum, principalmente na indústria têxtil, reorganizada como indústria rural na base do sistema doméstico. Antecedente da atual economia informal, ela se sustentava prioritariamente no processo de exploração do trabalho de mulheres e crianças, de modo que, pela primeira vez na história, a pobreza crescia em proporção direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.

Ao contrário do que se poderia supor, a produção de maiores quantidades de bens e serviços significava sempre o crescimento do contingente de indivíduos que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Para Netto (2011), se nos modelos de produção que precederam a sociedade capitalista, a pobreza estava ligada a uma condição social de escassez, agora ela se mostrava vinculada a uma condição, cuja previsão certa era a redução da escassez. Numa palavra: a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova justamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, de seu declínio e, até mesmo, da sua supressão. Para o autor, este pauperismo simboliza a moderna barbárie, ou melhor, a barbárie capitalista.

O marco de tudo isso foram as revoluções de 1848; seus efeitos abarcavam as ideias teóricas, culturais e ideológicas do conjunto da sociedade. Romperam-se, nesse período, as esperanças utópicas. Os trabalhadores e seus intelectuais compreenderam que não se tratava de produzir mais riquezas e desenvolver o capitalismo para que todos pudessem usufruir. A lógica da sociedade capitalista é outra. O aumento da riqueza significa mais escassez para quem vive do trabalho. Ora, a teoria social crítica de Marx é fruto desse rompimento. Netto (2011) defende que é a partir dessa consciência sobre a impossibilidade de reformar ou melhorar o capitalismo que Marx produz o primeiro livro d' *O capital*,

sintetizando a lei geral da acumulação capitalista e explicando a anatomia da produção da miséria, ou seja, a questão social. Ele nos apresenta sua complexidade, seu caráter de corolário necessário do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios, deixando claro que esta questão não é uma sequela transitória do capitalismo. Em vez disso, suas manifestações são indissociáveis da dinâmica do capital tornado potência social dominante.

As discussões políticas sobre essa temática, dentre outras obras, nos é apresentada no 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, cuja análise diz respeito à situação política da França no século XVIII, no governo de Napoleão Bonaparte. Marx (1978, p. 64) relata as manobras políticas da burguesia por meio do Estado Moderno com a criação de um banco para conceder créditos de honra aos operários e com isso atrair as massas. Para o autor, “Donativos e empréstimos – resume-se nisso a ciência financeira do lumpemproletariado, tanto de alto como de baixo nível. Essas eram as únicas alavancas que Bonaparte sabia movimentar. Nunca um pretendente especulou mais vulgarmente com a vulgaridade das massas”.

Nessa perspectiva, ou nesse conceito de vulgaridade, compreendemos que o lumpemproletariado se constituiria de indivíduos considerados perigosos ao sistema por estarem alheios às convenções sociais instituídas, pois, devido à sua marginalização, não compartilham a honra e os valores da sociedade moderna. Nesse sentido, “poderiam servir aos caprichos da classe dominante, fazendo o jogo da repressão frente aos movimentos revolucionários, já que estariam privados de qualquer potencialidade revolucionária” (PINHEIRO, 2014, p. 53). Jessé de Souza traz essa discussão para a contemporaneidade, afirmando que:

Como a “ralé” se reproduz como mero “corpo”, incapaz, portanto, de atender às demandas de um mercado cada vez mais competitivo baseado no uso do conhecimento útil para ele, ela não se confunde com o antigo “lumpemproletariado” marxista. O lumpemproletariado podia funcionar como “exército de reserva” porque podia ser empregado em épocas de crescimento econômico ao lado da força de trabalho ativa (2009, p. 23).

Souza (2009) compreende que a modernidade instituiu requisitos ao mercado de trabalho, requisitos que a ralé² brasileira não conseguiria atingir e, portanto, não poderia acessar esse mercado; fato que corrobora para a manutenção da pobreza. A ralé não apenas está inserida na miséria, como não consegue desvencilhar-se dela.

Ao conceber o homem como ser social, historicamente construído, e admitir a premissa aristotélica de que esse homem é um animal que existe para viver em sociedade, e, portanto, depende do outro, pressupõe-se que, no cosmo da pobreza, o indivíduo se

2 A palavra ralé tem o sentido de “classe de indivíduos sem capital cultural e nem econômico em qualquer medida significativa [e é utilizada] não para ofender essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, consentido por toda a sociedade, de toda uma classe de indivíduos precarizados que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de indivíduos carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como violência, segurança pública, problema da escola pública, carência da saúde pública, combate à fome e etc.” (SOUZA, 2009, p. 21).

encontra engessado por uma rede de relações e interdependências, da qual não pode se libertar. Mais do que o vislumbre de alteridade que a vida em sociedade proporciona, a ralé “carente de qualquer recurso, não pode ser autossuficiente” (CASTEL, 1998, p. 119). O miserável

[...] totalmente desterritorializado, sobre ele vai abater-se um arsenal sempre renovado de medidas cruéis. É que seria necessário erradicar o paradigma de a-socialidade que ele representa ao acumular a desvantagem de estar fora da ordem do trabalho, mesmo sendo válido, e fora da ordem de sociabilidade porque é estrangeiro (CASTEL, 1998, p. 119).

Em meio às profundas contradições da sociedade capitalista, no século XX, surge a necessidade de uma catalogação da pobreza e, a partir disso, três concepções foram desenvolvidas. Primeiro, a concepção que propunha a ideia de **sobrevivência**. Esta predominou no século XIX até a metade do século XX. Essa variante se originou do trabalho de nutricionistas inglesas, as quais alegavam que as rendas das famílias mais pobres não sustentavam a demanda que o sistema fisiológico exigia para a manutenção do rendimento físico do indivíduo.

A gênese dessa concepção foi a Inglaterra. Contudo, ela influenciou toda a Europa, tendo sido posteriormente adotada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Por fim, as técnicas estatísticas possibilitaram a formulação de um modelo de proteção social para o Estado de bem-estar, calcado em políticas nacionais de assistência e outros programas focalizados. Tudo isso com o objetivo de conter as demandas por reformas sociais e, ao mesmo tempo, preservar o ideário liberal, mantendo a crença de que o lugar do indivíduo na sociedade decorre de escolhas individuais, ou melhor, de seu desempenho pessoal. Sendo assim, nada há de errado em deixar que os indivíduos permaneçam no nível de sobrevivência.

A partir da década de 1970, ganha enfoque a segunda concepção, que atribuía à ideia de pobreza uma “conotação de necessidades básicas, colocando novas exigências, como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura” (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 4). Essa concepção representava uma ampliação da ideia de sobrevivência e era responsável por devolver ao pobre sua humanidade.

A terceira concepção surge em meados da década de 1980. A pobreza começa a “ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social” (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 5). Para os autores, seria necessário que indivíduos e grupos identificados como pobres se desvinculassem desse estado de pobreza alcançando padrões alimentares adequados e um certo nível de conforto, buscando ainda adotar valores e comportamentos socialmente compatíveis com a moral dominante.

A AURA DA PERICULOSIDADE

Walter Benjamin (2006), na obra *Passagens*, cita trechos sobre os estereótipos que a classe dominante e o Estado, ao longo da história do capitalismo, imputaram aos pobres em geral. A consolidação do modo de produção capitalista nos séculos XVIII e XIX é refletido pelo autor ao descrever a miséria e a decadência visíveis nas ruas das grandes cidades europeias desse período, na figura dos sem tetos de adultos ou crianças miseráveis, das prostitutas, dos catadores de papel, etc. É visível também a violência contra os trabalhadores pobres ou desempregados, como podemos observar em suas anotações de pesquisa sobre a cidade de Paris do século XIX, período da comuna ou Insurreição de junho: “Bastava ter a aparência de pobre para ser tratado como um criminoso. Naqueles dias, inventou-se o que se chamaria perfil do insurrecto, e qualquer um que tivesse essa aparência era preso”. (BENJAMIN, 2006, p. 648). Seu diálogo com Eugène Buret, em *La misere des classes Laborieuses*, desvela o pensamento dominante da época ao reproduzir, por exemplo, a indiferença do chefe de fábrica para quem os operários não passavam de instrumentos rebeldes e menos econômicos que as ferramentas de ferro e de fogo. A degradação da vida sob o capitalismo é uma preocupação do autor, por isso ele busca nas obras clássicas, ficcionais ou teóricas captar aspectos da degradação da vida sob o capitalismo.

Na sociedade moderna, a aura da periculosidade se incorpora à ideia de pobreza. Portanto, a concepção de pobreza, como lembra Castel (1998), representa uma espécie de imoralidade que se naturaliza a partir da degradação dos modos de vida dos trabalhadores e de suas famílias. A emergência da sociedade capitalista apresentou uma categoria historicamente inédita da desgraça do povo, feita não apenas de miséria material, mas também de profunda degradação moral.

Foucault também contribui com a discussão acerca do conceito de classes perigosas, sua fonte de pesquisa é a sociedade europeia do século XVIII na emergência da sociedade industrial, cunhada pelo autor de sociedade disciplinar. Seu objeto de estudo é a perseguição e a violência contra indivíduos considerados culpados devido à miséria em que se encontram inseridos. O autor busca explicar as especificidades dessa sociedade que se pauta pela extrema vigilância e aplicação de normas restritas. A dinâmica de poder no interior da sociedade disciplinar tende a separar, controlar, prender e punir. Nela, as elites não se preocupam somente com as infrações em si, mas se inclinam a pensar no horizonte sobre como aquelas poderiam vir a se consumir, isto é, passa-se a existir, além do controle punitivo em relação ao que se fez, a ideia do potencial de periculosidade do indivíduo. Assim, vigiar se tornou mais eficiente do que punir. Para Foucault (2005, p. 85), a noção de periculosidade se sustenta naquilo que o “indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam”.

Não podemos negligenciar a importância das ideias científicas no debate acerca da pobreza e as explicações socialmente construídas em relação a ela. Tais ideias foram

importadas da Europa para o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, abrangendo inclusive o positivismo, o qual recebeu atenção especial dos estudiosos, além de diversas versões do evolucionismo e das teorias raciais que caracterizaram os debates intelectuais sobre a sociedade brasileira até meados da década de 1930.

Na esteira desse debate, ganha relevância as conhecidas teorias de Lombroso, mas que foram formuladas com a colaboração de sua equipe, composta por Raffaele Garofalo (1852-1934) Enrico Ferri (1856-1929) e outros, cuja meta era construir uma explicação científica para o crime, estabelecendo, para isso, uma oposição no interior das doutrinas penais entre a Escola Clássica, criada no século XVIII, e a Escola Positiva, defendida pelo próprio Lombroso e seus discípulos. Para Alvarez (2002), se por um lado a Escola Clássica compreende o crime em termos legais ao enfatizar a liberdade individual e a punição como forma de desestimulá-lo; de outro, a Escola Positiva rejeita uma definição consubstanciada na lei ao enfatizar o determinismo em vez da responsabilidade individual e defende um tratamento científico do criminoso, tendo em vista a proteção da sociedade.

Lombroso se tornou famoso por defender a teoria que ficou popularmente conhecida como a teoria do criminoso nato, cuja premissa básica consiste em afirmar que os comportamentos são biologicamente determinados. Suas ideologias, divulgadas como ciência, foram muito bem recebidas no Brasil no começo do século XX, servindo ao objetivo de desresponsabilizar o Estado e as elites pela não inserção dos negros pós-abolição da escravidão, na condição de usuários de bens e serviços da sociedade brasileira. De acordo com Alvarez (2002, p. 679), na concepção de Lombroso, os criminosos “aparecem como tipos atávicos, ou seja, como indivíduos que reproduzem física e mentalmente características primitivas do homem. Sendo que o atavismo tanto físico quanto mental, poder-se-ia identificar, valendo-se de sinais anatômicos naqueles indivíduos que estariam hereditariamente destinados ao crime”.

A tese defendida pelo determinismo biológico ressalta “que alguns indivíduos serão vistos como incorrigíveis e degenerados, determinados ao crime por forças que ele não poderia controlar” (SANTOS, 2012, p. 2). Nesse contexto, o desenvolvimento das teorias racistas serviu de sustentação para o movimento eugênico. E, a antropometria, ciência que consistia na medição dos ossos, crânio e cérebro, para fins de comparação e comprovação de inferioridade de determinados segmentos sociais, se constitui numa tentativa de estabelecer bases científicas para as teorias racistas.

Com as revoluções industriais do século XVIII, a Europa passa a repudiar a ideia de escravidão e a pressionar os países a aboli-la. A figura do trabalhador livre era muito importante à nova dinâmica econômica que emergia na Europa naquele momento. O escravo agradava como mão de obra, porém, por não receber salário, este não poderia consumir e, portanto, não deveria existir. O chavão “morre um escravo, nasce um consumidor” é didático e ajuda a explicar a dinâmica do capitalismo emergente.

Enquanto na Europa o conceito da escravidão já era traço de um passado recente, no Brasil a abolição só é consumada no final do século XIX, e acontece de forma adversa. Os escravos simplesmente deixaram de ser escravos, sem nenhuma ação afirmativa ou medida que os compensasse. Foram jogados nas ruas a seu próprio destino em vez de serem inseridos na sociedade, como já mencionamos. O Estado Brasileiro largou o “negro, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista” (FERNANDES, 1995, p. 20). Essa abolição desumanizada acabou por condenar o negro à miséria, pois esse não se encaixaria, por diversos motivos, ao mercado de trabalho. Assim, se a pobreza e a questão racial estão intimamente ligadas no Brasil, e se a aura da periculosidade paira sobre a miséria, entende-se que o negro pobre é duplamente enxergado como perigoso.

RELIGIÃO E POBREZA

Na antiguidade teocêntrica, tinha-se a pobreza como um estado imutável, respaldado na vontade divina. “Surge a concepção de que quem nasceu numa condição de vida desfavorável foi porque Deus assim o quis, igualmente, quem nasceu numa condição favorável foi, também, por vontade divina” (GUIMARÃES, 2016, p. 7). Assim, a pobreza é aceita socialmente e adquire caráter de condição sem o estigma pejorativo que tem nas sociedades modernas, pois independe da vontade do indivíduo.

“Enfrentar a pobreza em tempos teocêntricos era enfrentar Deus” (GUIMARÃES, 2016, p. 7). Nesse sentido, “o que restava ao pobre era aguardar a intervenção divina, que se dava na ação eclesial” (GUIMARÃES, 2016, p. 8). Cria-se, assim, uma rede de assistencialismo que legitima, não só a pobreza, mas também a acomodação do pobre, frente à sua situação. A ideia de esmola é integrada ao cristianismo como “bilhete para a eternidade”, e passa a ser cultivada dentro da religião, como ilustra uma pastoral do século XVIII, redigida pelo bispo D. Bernardo de Melo Osório:

A esmola é a primeira filha da mais nobre das virtudes cristãs, a caridade: ela extingue os pecados, assim como a água apaga o fogo: ela nos une em vínculo de gratidão e amor a nossos irmãos neste mundo, e há de ser recompensada no Céu, onde é aceita, como se fosse dada ao mesmo Deus, que por um incompreensível efeito da sua sabedoria buscou este modo de a receber na pessoa de seus filhos, e nossos irmãos, como própria, e se nos constituiu devedor (1770, p. 10).

Nesse escopo, se estabelece um culto à caridade, a qual serviria ao pobre para sua sobrevivência. Porém, tem sua utilidade também à igreja, pois, “para que esta corrente permanecesse era imprescindível convencer os ricos de contribuírem na igreja e esta por sua vez orquestrar parte dos donativos aos desafortunados” (GUIMARÃES, 2016, p. 7). Castel (1998) cunha o termo economia da salvação, que se respalda na premissa da designação divina do indivíduo à pobreza ou à riqueza. Esse comércio entre o rico e o pobre garante vantagens para ambas as partes, uma vez que, graças à sua disposição para a caridade, o primeiro ganha a salvação, mas o segundo é igualmente salvo, desde que

aceite sua condição. Na perspectiva cristã do período, os pobres frequentemente apresentam um caráter de funcionalidade, pois sempre devem existir pobres para que os não pobres possam assisti-los. Somente dessa forma podem se tornar bons cristãos. Contudo, a emergência do capitalismo destrói essa aliança entre os ricos e a Igreja. Os capitalistas, mais racionais e mais ávidos por dinheiro, recusam-se a ceder até mesmo suas sobras aos pobres.

A monarquia, assim como a burguesia emergente, procurava desvencilhar-se da obrigação com a caridade instituída pela igreja. Logo, os Estados burgueses se firmam ao romper com a religiosidade e suas instituições ou criam religiosidades próprias que se alinham a seus interesses³. Por isso, “o Estado, não mais a igreja, se relacionaria com o pobre, rompendo definitivamente com a intermediação eclesiástica. Surge neste momento histórico as políticas públicas governamentais de assistencialismo social” (GUIMARÃES, 2016, p. 7). Agora, a figura do pobre é ressignificada e passa de sujeito divinamente condicionado, para o único responsável por sua condição. Nesse contexto, perceber-se-iam faíscas do que se tornariam projetos institucionais à longo prazo. O Estado entenderia então, que existem especificidades que devem ser levadas em consideração.

POBRES DIGNOS E POBRES VICIOSOS

A questão social historicamente foi tratada pelos governantes e pelas classes dominantes como se tratasse de periculosidade. Todavia, segundo Castel (1998), o termo foi cunhado no século XVII, no marco do reformismo conservador e, portanto, percebido como uma ameaça posta pela luta de classes, representada pela inserção da classe operária com suas lutas cotidianas por dignidade no trabalho e na vida. Mesmo estranho ao universo da produção intelectual de Marx, os processos sociais que ela traduz encontram-se de acordo com Iamamoto (2008), no centro de suas análises sobre as classes sociais e suas lutas na sociedade capitalista. Para a autora, nessa teoria, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais de produção – histórico-econômicas-específicas. Em sua dinâmica, produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais mediante as quais se expressam. Prevalece, necessariamente, uma indissociável relação entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada, isto é, a totalidade das relações entre os indivíduos em uma dada sociedade, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho que se realiza socialmente.

No capitalismo, o enfrentamento da questão social pelo Estado se dá por meio de um violento processo de criminalização. Evidentemente, tal processo atinge especialmente as classes subalternas e por isso mesmo mais vulneráveis. Há, neste contexto, uma espécie de reciclagem da noção de classes perigosas – não mais trabalhadoras – mas, sujeitas à repressão e até mesmo à eliminação física. Rizzini (1997) contribui com este

³ Na Inglaterra do século XVI, debuta um exemplo perfeito. Uma reforma religiosa protagonizada pelo rei Henrique VII que utiliza como pretexto a recusa do papa em aceitar seu divórcio da rainha espanhola Catarina, para romper com a Igreja Católica e criar o chamado Anglicanismo.

debate ao apresentar uma diferenciação na ideia de pobreza. Para a autora, existe uma dicotomia entre o que ela chama de pobres dignos e pobres viciosos. Para a primeira categoria, Rizzini busca na literatura foucaultiana o termo docilizados e disciplinados e completa: pobres, porém, dignos (1997, p. 90). Rizzini entende que esses pobres não apresentavam problemas por estarem focados em realizar seus trabalhos, em manter suas famílias unidas e em seguir preceitos religiosos. Todavia, a autora levanta aspectos que demonstram a insegurança na estrutura dessa categoria. Diante de qualquer contingência na vida cotidiana, tais como a perda de um emprego ou a morte de um dos responsáveis pela família, os pobres, diante do intenso sofrimento, estão sujeitos a se perderem e se entregarem aos vícios como o alcoolismo ou às drogas ou até mesmo contrair doenças, como a sífilis e a tuberculose.

Quanto à categoria dos pobres viciosos, esses são aqueles considerados alheios ao mercado de trabalho, exatamente aqueles aos quais Marx se referia como Lumpemproletariado encontram-se chafurdados no ócio; esses representavam ao Estado e à sociedade civil, um perigo. Por sobreviverem à margem, estariam à mercê dos vícios humanos, da criminalidade, e, no contexto do Brasil do século XX, à mercê do comunismo.

Nessa conjuntura, no escopo da miséria, resplandece a juventude; “Os jovens pobres, quando escapam do extermínio, são os excluídos por excelência, pois sequer conseguem chegar ao mercado de trabalho formal” (ROVARON, 2017, p. 20). Assim, a atuação dessa juventude em redes ilegais se manifesta como única alternativa de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valendo-se da metáfora benjaminiana, o *Angelus Novus*⁴ do capitalismo não pode ser percebido de outra forma que não extremamente marcado por cicatrizes. Marcas estas oriundas de conflitos, violência e miséria. Nesse sentido, ao se olhar para a história do capitalismo não se pode ignorar suas marcas de exploração, sua dinâmica de marginalização e seus monumentos pautados no sangue oprimido. Do mesmo modo, escrever a história da humanidade, ignorando os desvalidos, é escrever uma história omissa e desleal.

Nos contrapomos à tese segundo a qual existe um nexo entre a criminalidade e a pobreza. Argumentações dessa natureza não possuem sustentação na realidade dos fatos, ainda que isto possa ser um fator de mitigação das responsabilidades. Na verdade, a criminalidade (roubo, furto, agressão, latrocínio, etc.) tende a ser concentrada entre as pessoas relativamente mais pobres em qualquer sociedade, mas quando se verifica a história da criminalidade de um país desenvolvido como a Grã-Bretanha, percebe-se que a taxa de criminalidade cresceu em proporção à riqueza do país. Isto é, nesse contexto, não

4 “Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso” (BENJAMIM, 1991, p. 226).

foi a pobreza que aumentou, mas a riqueza. Ainda assim, o estereótipo de periculosidade continua a pairar sobre o estado da miséria, pois é assim que se responsabiliza as próprias vítimas e se desresponsabiliza aqueles que decidem pela manutenção das condições que as produzem.

Os estudos sobre a condição das famílias pobres em nosso país identificam um ciclo vicioso: pais pobres geram crianças pobres, integrantes do grupo dos chamados “menores”. Trata-se, portanto, de um problema que não é conjuntural, ele faz parte da lógica da sociedade capitalista, mas as consciências fetichizadas não percebem. Para Schopenhauer (2005), o mundo é uma representação do indivíduo, que, por sua vez, enxerga o que quer enxergar. Vê-se o que é agradável aos olhos, cabendo, nesse contexto, ao Estado invisibilizar essa população que desagrade o olhar da elite. Em suma, o capitalismo produz a exploração, a pobreza, a marginalização e cria, ainda, discursos e ideologias que responsabilizam a própria vítima por sua situação. Por tudo isso, a lei da vadiagem ou o projeto da higienização, dentre outras iniciativas legais, respondem às necessidades do Estado e das classes dominantes.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, M. C. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 4, 2002, p. 677 - 704.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BENJAMIN, W. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COIMBRA, C. M. B; NASCIMENTO, M. L. **A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?** São Martinho: CEDECA, 2008.
- COIMBRA, Cecília M. B; NASCIMENTO, M. L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso. *Jovenes, Revista de Estudos sobre Juventud*, Madrid, v. 9, n. 22, p. 338-355, 2005.
- CRESPO, A. P. A; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE eletrônica*, São Paulo v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1995.
- FERNANDES, F. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. 42ª edição, Petrópolis: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora NAU, 2005.
- GUIMARÃES, V. O. S. Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais. *Cientific@-Multidisciplinary Journal*. Goianésia, v. 3, n. 1, p. 74-89, 2016.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K; ENGELS, F. **O 18 brumário e cartas a Kugelman**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NETTO, J. Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSÓRIO, Bernardo de Melo. **Pastoral**. 22 de Março de 1770, s. 1.: s. d., p. 9-33.

PINHEIRO, V. A política social como estratégia do Estado no enfrentamento da violência juvenil. In: LAGO, M; MOZZER, G e SANTIBANEZ, D. **Adolescência: temores e saberes de uma sociedade de conflito**. Goiânia: Cãnone Editorial., 2013.

RIZZINI, I. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Amais, 1997.

RIZZINI, I. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, I; PILOTTI, F **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2009.

ROVARON, M. **Fundação CASA: o passado ditatorial no cotidiano democrático?** São Paulo: Repositório UNESP, 2017.

SANTOS, B. M. M. Lombroso no Direito Penal: o destino d'’O Homem Delinquente e os perigos de uma ciência sem consciência. In: CONPEDI, 2012, Uberlândia-MG. **Anais do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**. Uberlândia, p. 7209-7229, 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ea6b2efbdd4255a9>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**. São Paulo: UNESP, 2005.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

YAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001.